

TELEVISÃO PÚBLICA: uma necessidade democrática

RESENHA: TORVES, José Carlos. *Televisão Pública*. Porto Alegre : Evangraf, 2007, 184p.

Soraia da Rosa Mendes¹

No tempo em que as lutas sociais e políticas pela concretização da proposta de uma TV pública no Brasil têm encontrado enormes obstáculos decorrentes da intervenção estatal, o Livro “Televisão Pública”, de José Carlos Torves, representa uma inestimável contribuição acadêmica à discussão sobre o caráter das emissoras públicas.

Sua análise parte de um minucioso estudo de caso da Televisão Educativa do Rio Grande do Sul – uma empresa pública com gestão do governo do Estado que, a partir do fato de possuir um Conselho Deliberativo regulamentado e formado pela sociedade civil, passou a autodenominar-se TV pública. O que para Torves, entretanto, nos termos da Hermenêutica da Profundidade de John B. Thompson, não ocorreu.

Conforme o autor, o estudo das possibilidades de concretização de uma TV pública no Brasil deve principiar pelo desenvolvimento social da televisão brasileira, a partir de seu surgimento concentrado no eixo Rio-São Paulo, na década de 50. Em verdade, a primeira e a segunda emissora de televisão no Brasil, ambas de propriedade de Assis Chateaubriand, foram inauguradas, respectivamente, em 18 de setembro de 1950 em São Paulo, e em dezembro de 1951 no Rio de Janeiro.

Como aponta o autor o desenvolvimento da televisão coincide com a conjuntura social, econômica e política do país a partir da década de cinquenta, desde o governo Vargas. Pois, verifica-se que a fase desenvolvimentista na intervenção estatal na economia foi decisiva na implantação do veículo e na sua afirmação.

Merece destaque no trabalho do autor o fato de que desde sua entrada no Brasil a televisão influenciou comportamentos tanto individual, quanto coletivamente. E, partindo desta constatação, o autor identifica três fases distintas nas quais esta influência pode ser percebida: a fase sociourbana; a fase sociofamiliar; e a terceira fase, denominada de socioindividual.

¹ Advogada, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do RS – UFRGS. Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – Unb.

Da inauguração na segunda metade do ano de 1950 à 1960, ocorreu a fase sociourbana. Tal fase, marcantemente concentrada entre São Paulo e Rio de Janeiro do que nas demais regiões destacou-se tanto pela improvisação do corpo técnico e artístico do rádio no novo veículo, como pelo “*contrabando*” de aparelhos de receptores, inexistentes no Brasil até as vésperas da primeira transmissão. Note-se que, somente em 1951 a indústria nacional passa a fabricar televisores.

Entretanto, não somente na estréia, mas por um longo tempo, as pessoas reuniam-se em torno dos poucos aparelhos existentes e nos momentos em que a programação era posta no ar. E estas reuniões tornaram-se um centro de convivência dos grupos e de troca de informações dos acontecimentos locais e comunitários. É um momento em que o fenômeno da *Ágora* grega é revivido, segundo o autor. (Torves, 2007 pp. 27-28)

A partir de 1964 começa a fase sociofamiliar, na qual já havia várias emissoras nas principais regiões do país, e a maioria das famílias possuía um aparelho de televisão em suas residências. Agora restrita aos lares brasileiros a televisão assume o lugar mais nobre da casa e a vida familiar, inclusive as disputas internas, passam a ter como origem a televisão.

“Quando alguém quer ver um programa diferente da preferência de outro, acaba gerando uma discussão. Da mesma forma, quando alguém tem que abandonar o seu local na assistência para executar alguma tarefa doméstica. Os problemas individuais de cada um desses mesmos membros ganharam um novo espaço de discussão como a escola e o local de trabalho [...]” (Torves, 2007 p. 31)

A terceira fase, a socioindividual, é a atual, caracterizada por sua identidade com a com a política hegemônica globalizada, em que as questões coletivas estão fora de uso, e há um culto extremado à individualidade e ao sucesso pessoal.

Para Torves, também é possível acompanhar, a partir deste resgate histórico, que a televisão é um espelho no qual os governos tem se refletido com seus interesses e políticas, mostrando um vínculo dependente e próximo do poder. E que este mesmo comportamento, observado em nível nacional, se reproduz regionalmente.

Historicamente, portanto, a televisão provocou nos brasileiros, desde a sua chegada, uma grande mudança nos hábitos e nos comportamentos da sociedade e atualmente é o principal meio de informação e de entretenimento da população. Razão pela qual tem sido acusada de ser um veículo com grande poder de influência nos rumos econômicos, sociais e políticos da nação.

Para Torves o fato de no Brasil o canal de televisão ser uma concessão pública, portanto com normas e fiscalização da União, não impediu os oligopólios e, por

consequência, a concentração da mídia no país, resultado de vinte anos de ditadura, da tradição política brasileira de privatizar o público.

Esta realidade brasileira, com hegemonia da televisão comercial e diante de tantas críticas e de apelos pela democratização das comunicações no país, tem motivado um crescente movimento na defesa e no debate da importância de emissoras públicas.

No Brasil, como as pesquisas do autor apontam, diversas emissoras têm se auto denominado públicas. No entanto, nenhuma delas possui os fundamentos mínimos que caracterizam uma televisão pública: auto-sustentação, autonomia e liberdade e produção diversificada e de qualidade. Todas até agora são dependentes de verbas que são liberadas pelo Executivo, portanto não contingenciadas, a programação sofre permanentemente ingerência dos governos e a gestão é realizada com critérios partidários.

Na Europa, segundo Torves, a televisão começou pública, ao contrário do Brasil que iniciou como um negócio privado, e somente agora começa a se debater e discutir a necessidade de uma emissora pública. Como afirma o pesquisador, existem bons exemplos de emissoras públicas no mundo, tais como a BBC na Inglaterra e a PBS nos Estados Unidos que, como outras tantas pelo mundo têm autonomia, conselho de gestão e de programação formados pela sociedade, orçamento decidido por legislação própria, espaço para produção independente e de qualidade. São TVs públicas nas quais toda a sua grade de programação está permeada pela cultura, educação, cidadania, compromisso com a informação e a verdade e com o interesse público.

No Brasil, ao contrário, nunca existiu nenhum tipo de política de comunicação, embora a concessão de canais, a fiscalização e o controle dos meios seja pública. Na realidade, para o autor, este serviço público foi privatizado, e a regulação ficou por conta do próprio mercado. E, é neste contexto que, segundo Torves, as TVEs, criadas inicialmente para atender a um programa de ensino nacional, começaram a se autodenominar “televisão pública”, com o objetivo de contrabalançar o atual quadro no país.

Entretanto, algumas questões de fundo não foram resolvidas, tais como a sustentação financeira dessas emissoras, a programação que ainda não chega a atender as demandas dos vários segmentos da sociedade e dos atores sociais, excluídos da mídia, e a continuidade da gestão do Governo, que acaba usando o veículo como instrumento político e ideológico para atender interesses partidários.

Para Torves, especificamente quanto à TVE-RS, é evidente a interferência do Governo diretamente no Conselho e na Emissora, o uso da TVE-RS com interesses políticos e

partidários na sua programação e a falta de instrumentos legais para que o Conselho tenha autonomia nas decisões que envolvam a gestão da TV, além da falta de recursos públicos para a realização de uma programação de qualidade e inovação tecnológica.

Para que uma televisão se autodenomine “televisão pública”, não pode operar institucionalmente como estatal, com desvios constantes, políticos e ideológicos, como uma emissora Governamental. É necessário que tenha como características determinantes gestão independente, horizontalidade, programação de qualidade e sustentação através de verbas contingenciadas.

Como é possível perceber a pesquisa realizada, e o livro ora sintetizado, representam uma contribuição acadêmica inédita sobre o tema das emissoras de televisão públicas. Que sejam os mesmos, por outro lado, os motivadores de novos estudos, nas mais diferentes áreas do conhecimento, que agreguem elementos ao candente e necessário debate sobre a importância fundamental de uma TV *verdadeiramente* pública. Pois disso também depende o aprofundamento da democracia em nosso país.